

**“NEGROS DA TERRA E/OU NEGROS DA GUINÉ”:**

.....  
A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO  
– COMÉRCIO, TRABALHO, TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E  
RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA COLONIAL



### **Comissão Científica:**

Casimira Grandi (Università di Trento – Itália)

Chantal Cramoussel ( Universidad de Guadalajara – México)

João dos Santos Ramalho Cosme (Universidade de Lisboa – Portugal)

Mark Harris (University of Saint Andrews – Escócia)

José Luis Ruiz-Peinado Alonso (Universitat de Barcelona – Espanha)

Oscar de la Torre (University of North Carolina – Estados Unidos)

Maria Luiza Ugarte (Universidade Federal do Amazonas)

Luis Eduardo Aragón Vaca (Universidade Federal do Pará)

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Universidade Federal do Pará)

Érico Silva Alves Muniz (Universidade Federal do Pará)

Clarice Nascimento de Melo (Universidade Federal do Pará)

Lígia Terezinha Lopes Simonian (Universidade Federal do Pará)

JOSÉ ALVES DE SOUZA JUNIOR

**“NEGROS DA TERRA E/OU NEGROS DA GUINÉ”:**

.....  
A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO  
– COMÉRCIO, TRABALHO, TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E  
RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA COLONIAL



2024

Copyright © 2024 o autor  
1ª Edição

**Direção editorial:** Victor Pereira Marinho e José Roberto Marinho

**Capa:** Fabrício Ribeiro

**Projeto gráfico e diagramação:** Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Souza Júnior, José Alves de  
"Negros da terra e/ou negros da Guiné": a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão:  
comércio, trabalho, tráfico, escravidão e resistência na Amazônia Colonial / José Alves de Souza  
Júnior. – São Paulo: LF Editorial, 2024. – (Floresta)

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5563-461-7

1. Brasil - História 2. Brasil - História - Período colonial 3. Colonização - História 4. Escravidão -  
Brasil 5. Resistência à opressão 6. Tráfico de escravos - Brasil - História - Século 19 I. Título.  
II. Série.

24-211298

CDD-981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Escravidão: História 981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida  
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.

Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107  
da Lei N° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física  
[www.livrariadafisica.com.br](http://www.livrariadafisica.com.br)

---

## APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

---

Criado em 2004, o Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem construídos estudos sobre a Amazônia invariavelmente alinhados às tendências historiográficas nacionais e internacionais. Com um diversificado perfil do corpo docente, que também se observa nas linhas de investigação, o programa tem se tornado um espaço importante de contribuição e renovação historiográfica com produção significativa em que se inserem Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, relevantes nas suas temáticas e na articulação que estabelecem com os novos enfoques historiográficos.

A percepção mais ampla da Amazônia de florestas e cortadas por muitos cursos d'água que tornam à terra úmida e colabora na sua fertilização, mas que também permitem os deslocamentos e comunicações, exige um exercício de investigação e uma perspectiva de análise que valorize as experiências vividas nesta vasta região e as múltiplas conexões, fluxos e compulsões internas e externas, historicamente construídas. O caleidoscópico movimento das populações e a forças das instituições deram lugar a projeções de dramas e experiências sociais diversas e de complexidade em relevo, o que tem imprimido ao programa um caráter inovador e renovador, com novas, instigantes e necessárias abordagens.

Os livros que aqui apresentamos, neste ano de 2021, em que o programa completou 10 anos de criação do doutorado e 17 anos de existência, fazem parte da *Coleção Floresta*, vinculada ao IFCH, e são resultados dos trabalhos de professores e egressos do PPHIST. Revelam um promissor momento da pesquisa histórica na Amazônia abordando temas e temporalidades variadas que oferecem, como observaremos, novos aportes e novas interpretações sobre a Amazônia.

Um dos iniciais objetivos comuns destes livros, é o de mostrar as variedade e complexidades do espaço amazônico, seu passado histórico e os fatores condicionantes que se tem mantido vigente em sua atualidade, assim como as relações produzidas com a introdução de novos enfoques de estudos. Assim, se foi perfilado um espectro de temas relacionados com questões espaciais,

identitárias e de poder. Experiências comuns, valores partilhados e sentimentos de pertencimentos foram observados em ambientes condicionantes por relações de poder e medidos por espaços forjados na luta e dentro das práticas que o configuram e o reproduz. A Amazônia se revela nestes estudos como espaço modelar em que os agentes que o operam socialmente, constroem percepções, representações e estratégias de intervenção em diferentes temporalidades.

Tais trabalhos de pesquisa, sem dúvida, constituem contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação com o passado e demandas presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social em contexto amazônico e suas conexões. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais. Como apontado, percorrem searas das mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, pensar as ações de domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, assim como revelar práticas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento e outras já concluídas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais que apenas um programa consolidado poderia construir. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo de que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Aproveitamos para registrar os nossos cumprimentos e agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro para publicação, o que expressa o compromisso com o desenvolvimento da pesquisa e a formação superior no Brasil e na Amazônia. Estendemos os cumprimentos ao Programa de Pós-Graduação em História Social, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Universidade Federal do Pará pelo apoio institucional e envolvimento dos seus professores e técnicos na construção destas importantes obras bibliográficas.

Um bom exercício de leitura é o que inicialmente desejamos.

Fernando Arthur de Freitas Neves

*Diretor do IFCH*

Francivaldo Alves Nunes

*Coordenador do PPHIST*

---

## SUMÁRIO

---

Introdução .....	17
<b>Capítulo 1: As companhias de comércio e o capitalismo mundial.....</b>	<b>31</b>
As companhias de comércio e a expansão de um sistema econômico mundial.....	31
Companhia Holandesa das Índias Orientais – VOC .....	48
Companhia Inglesa das Índias Orientais – EIC.....	52
Outras companhias de comércio.....	69
<b>Capítulo 2: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.....</b>	<b>83</b>
A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o comércio no Norte da Colônia.....	83
Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a laicização dos aldeamentos e a necessidade de criação de uma companhia de comércio .....	83
A expulsão dos jesuítas, a laicização das suas propriedades e o fortalecimento da elite proprietária leiga.....	96
Lavradores, exportadores e arrematadores: os negócios no Grão-Pará antes e depois da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão .....	104
Guerra, Negócios e Rebeliões: A conquista de Caiena e a formação de um novo grupo da elite paraense .....	128
<b>Capítulo 3: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: Tráfico, Escravidão e Comércio das Drogas do Sertão.....</b>	<b>143</b>
Negros da terra e/ou negros da Guiné.....	143
“Da necessidade de lhes mandarem tapanhunos de Angola e Guiné, para de todo não perderem as fazendas” .....	149

“Prosegue-se a notícia das mais preciosos haveres do Amazonas...” .....	172
O comércio das drogas do sertão na primeira metade do setecentos .....	175
A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o comércio das drogas do sertão .....	182
<b>Capítulo 4: Trabalho, Escravidão e Resistência</b> .....	197
Trabalho indígena; a disputa entre missionários, moradores e autoridades coloniais .....	197
Negros da terra e negros da Guiné: trabalho, escravidão e resistência.....	214
Conclusão.....	235
Fontes.....	241
Referências .....	271

---

## AGRADECIMENTOS

---

O primeiro impulso que tive para me submeter à progressão funcional para a classe de Professor Titular da Universidade Federal do Pará foi o de elaborar um Memorial de minha trajetória docente e de pesquisador, que, neste ano de 2023, completa 40 anos só na UFPA. Iniciei a elaboração do Memorial, mas com um certo incômodo, pois na pesquisa realizada na documentação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão presente no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”-, reuni uma grande quantidade de dados que me permitiriam elaborar uma tese para submeter á progressão.

Além disso, a documentação levantada também permitia pensar os impactos econômicos e sociais produzidos pela ação da Companhia no Estado do Grão-Pará e Maranhão, principalmente os relacionados à reorganização do mundo do trabalho e às formas como a massa de despossuídos formada na região pela colonização lusitana vivenciou tais experiências como sujeitos de sua própria história. Desse modo, voltei à pesquisa e ao trabalho que já estava sendo escrito e cujo resultado apresento neste livro.

Começo meus agradecimentos por minha esposa Rosângela, mulher negra, amazônida, amor da minha vida, que, incansavelmente, me estimulava a terminar a tese e fechar esse importante momento de minha trajetória acadêmica. Agradeço, também, ao nosso filho, José Virgílio, que, quando defendi o doutorado, havia acabado de nascer, e, hoje, com 16 anos, me renova como pai e ser humano todos os dias, e me faz acreditar que sou um jovem ancião. Te amo filho. Meus dois outros filhos, Melissa e Rafael, apesar de estarem longe, sempre foram grandes estimuladores da minha carreira acadêmica, explodindo de orgulho a cada vitória conquistada, a cada livro publicado. Amo muito vocês filhos queridos.

Não posso esquecer de agradecer aos companheiros de ofício na Faculdade de História e no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Rafael Chambouleyron, pelo fornecimento de bibliografia

importante para pensar o papel das companhias de comércio no processo de formação do mundo moderno, e Antônio Otaviano Vieira Junior, pela sua generosidade intelectual em indicar fontes importantes sobre o tráfico realizado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. A convivência com ambos sempre é muito proveitosa, já que são dois grandes pesquisadores.

Um agradecimento especial faço a Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges, a quem trato, carinhosamente, como Nanazinha, por tudo que representou na minha vida acadêmica, desde que eu era estudante de graduação em História na UFPA até a efetivação do meu doutorado na PUC/SP. Minhas dívidas com ela são múltiplas e ela sabe muito bem o quanto lhe devo.

Por fim e não menos importantes, agradeço ao Prof. Dr. Fernando Londoño, meu orientador na tese de doutorado, cuja experiência de pesquisa com o tema Companhia de Jesus me foram muito úteis, à Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos, que fez parte das minhas bancas de seleção e de defesa da tese de doutorado, cuja obra deixa claro a excelente pesquisadora que é, e à Profa. Dra. Patrícia Maria Alves de Melo, com quem sempre dialogo no meu ofício de historiador e cujos trabalhos sempre me foram muito úteis. Infelizmente, a Profa. Márcia Eliane Alves de Souza e Mello se viu impedida de participar da banca por sua cirurgia ter sido marcada para o dia da defesa, sendo substituída pela Profa. Dra. Patrícia Alves Melo, professora e pesquisadora da UFAM, por quem tenho grande admiração intelectual e que, gentilmente, se dispôs a assumir a titularidade, a quem agradeço imensamente.

---

## PREFÁCIO

---

O belo livro que você tem em mãos, escrito pelo professor José Alves de Souza Junior, da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, trata da história da Amazônia colonial, principalmente, da segunda metade do século XVIII. Há muitos anos pesquisando o Grão-Pará e o chamado “período pombalino”, José Alves destrincha aqui, a partir da Amazônia, o processo de integração do mundo colonial português às dinâmicas de formação do capitalismo e as terríveis consequências que dele decorreram para diversos grupos que compunham aquela sociedade colonial, ou que viviam na região desde muito antes da chegada dos europeus à América. Assim, o livro parte de um quadro mais amplo, dando conta do contexto de criação das companhias comerciais no mundo moderno, para compreender a própria fundação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755.

Parte das estratégias de reforma levadas a cabo pelo ministério pombalino para a Amazônia, já nos anos 1750, ao lado da decretação da liberdade dos indígenas, do fim da jurisdição temporal dos religiosos sobre as aldeias missionárias e do Diretório dos Índios, a Companhia Geral teve um papel fundamental na região. Tratava-se de regulamentar, principalmente, o comércio das drogas do sertão (e o Diretório teve aqui também um papel central), procurando igualmente, ordenar sua comercialização. Ao lado disso, como discute o livro, a Coroa buscava resolver um problema, a bem verdade, de quase impossível solução: a questão da mão de obra. Como José Alves argumenta nesta obra, se a experiência da escravidão teve um papel crucial na conformação do capitalismo moderno, as dinâmicas dos mundos do trabalho compulsório na Amazônia portuguesa estavam longe de ser simples.

Se, como acredito, a Amazônia foi, pelo menos até meados do século XVIII, uma sociedade escravista baseada na escravização de populações indígenas, este livro mostra como a chegada significativa de africanos, em decorrência do funcionamento da Companhia Geral, não representou de modo algum o fim do trabalho forçado de indígenas. O autor examina justamente aqui não só os processos de convivência entre africanos e indígenas, mas, igualmente, as

formas de resistência desses “despossuídos”, como ele mesmo os chama, diante das formas de exploração de sua força de trabalho.

Exploração exercida por elites locais que se rearticulam igualmente a partir da segunda metade do século XVIII, como o livro dá conta, examinando o perfil desses senhores (não necessariamente grandes proprietários de cativos) e seus múltiplos interesses no mundo colonial, que, inclusive, se transformam ao longo do tempo, como discute a obra. Valendo-se de censos populacionais e ampla documentação, José Alves esmiuça os negócios dessa elite, inclusive a partir da compreensão das dinâmicas relacionadas à “economia das drogas do sertão” (analisando a sua comercialização).

Em suma, o competente trabalho de José Alves busca compreender o papel das companhias monopolistas, caso da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, e as implicações que teve a sua atuação na formação do capitalismo. Em diálogo com farta documentação e bibliografia, não se limita, contudo, a estudar apenas os anos de seu funcionamento, mas recua e avança no tempo para compreender em que sociedade essa empresa monopolista procurou se inserir e que consequências teve a sua implementação.

Aprecie a leitura!

Belém, 17 de abril de 2024

**Rafael Chamboleyron**

---

## APRESENTAÇÃO

---

O presente livro é resultado da minha tese apresentada para progressão funcional para Professor Titular da Universidade Federal do Pará, defendida no dia 12 de janeiro de 2024, diante da banca examinadora constituída pela Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges – Presidente, Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos – Examinadora Externa – PUC/SP, pelo Prof. Dr. Fernando Torres Londoño – Examinador Externo – PUC/SP, e pela Profa. Dra. Patrícia Maria Alves de Mello – Examinadora Externa - UFAM. Agradeço a todas(o) membros da banca por terem aceito o convite para integrá-la, pela leitura atenta da tese e pelas importantes contribuições feitas para aprimorá-la.

A tese, intitulada “NEGROS DA TERRA E/OU NEGROS DA GUINÉ’: A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO – COMÉRCIO, TRABALHO, TRÁFICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NA AMAZÔNIA COLONIAL”, resultou de um longo período de pesquisa documental realizada no Arquivo Público do Estado do Pará (APEPA), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. A farta documentação encontrada nesses arquivos permitiu-me produzir a epistemologia da história narrada na tese e sua hermenêutica da condição historiográfica.

Desmistificando o pressuposto consagrado de autores clássicos, como Manuel Nunes Dias, de que, somente com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão a presença africana se tornou expressiva no Norte da Colônia, a documentação nos possibilitou constatar que, desde o século XVII, indígenas e africanos compartilhavam o cruel estatuto de escravizados, sendo explorados por moradores, missionários e autoridades coloniais, e sendo empregados juntos em diversos trabalhos, como o de construção de fortalezas militares.

No entanto, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, dentro das reformas implementadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal e, à época, secretário de Estado

da Guerra e Negócios Ultramarinos do rei Dom José I, houve a intensificação do tráfico de escravizados para o recém-criado Estado do Grão-Pará e Maranhão, na medida em que, como compensação pelo estanco a ela concedido, a Companhia deveria introduzir no Estado escravizados africanos por preços subsidiados. O aumento do número de escravizados africanos na região ampliou o já grande contingente de despossuídos criado pela colonização portuguesa no Norte do Brasil.

Esse grande contingente de despossuídos, formado por indígenas, negros, mestiços e homens brancos pobres viveriam, na longa duração, experiências comuns de exploração e opressão, o que os levou a constituir uma identidade de interesses e laços de solidariedade, que não extinguiram os conflitos entre eles, mas permitiram que desenvolvessem formas de resistência coletiva à colonização, pintando a floresta de “verde, amarelo e preto”, como observou Flávio Gomes. Esta resistência assumiu formas implícitas, como suicídios, assassinatos, danos a bens importantes sentimentalmente para os(as) senhores(as), e formas explícitas, como fugas, organização de mocambos, rebeliões.

Nesses mocambos, vinham se juntar a indígenas e negros, vadios, soldados desertores e toda uma gama de elementos populares gerada pela colonização. Além de constituírem uma tentativa de retomada de sua forma de vida tradicional, que estava sendo destruída pela colonização, os mocambos tornaram-se, também, espaços de socialização e troca de experiências entre essa massa de explorados e oprimidos, o que aumentou, consideravelmente a tensão com os colonizadores, principalmente após a disseminação da síndrome do haitianismo, resultante da Revolução Haitiana.

Além do tráfico de escravizados, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão comercializava produtos europeus no Estado e os produtos locais na Europa, tendo especial destaque entre os últimos as drogas do sertão, gêneros silvestres encontrados na floresta amazônica, como cacau, cravo, salsa, urucum etc., para cuja coleta a mão de obra indígena era indispensável. Alguns desses gêneros também passaram a ser produzidos por moradores e missionários, como o cacau.

Apesar de sempre procurar garantir o monopólio que lhe foi concedido sobre o comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Companhia não conseguiu impedir o desenvolvimento pelos negociantes, tanto metropolitanos como coloniais, de várias estratégias para fazer comércio por fora dela,

burlando suas normas. Tais práticas decorriam dos baixos preços pagos por ela aos produtores e negociantes locais. Um exemplo disso era o cacau, comprado pela Companhia, em média, por dois mil réis a arroba e revendido na Metrópole, também em média, por cinco mil réis a arroba. Uma das estratégias usadas pelos negociantes locais era a de embarcar, clandestinamente, seus produtos nos navios que vinham buscar madeiras para o Reino.

No entanto, tais práticas de contrabando não impediram que a Companhia realizasse um intenso comércio das drogas do sertão, como mostraremos neste livro, o que as tornou os principais gêneros de sua balança de exportações. Entre os produtos europeus comercializados por ela no Estado estava o azeite de oliva, que parece não ter tido grande aceitação entre a população nativa, como demonstra a solicitação feita, em uma carta, pelos administradores locais da Companhia à administração geral em Lisboa para que reduzissem a quantidade de azeite enviado, pois os indígenas ou não o consumiam, ou misturavam a ele manteiga de tartaruga.

O aumento da massa de despossuídos no Estado intensificou a resistência à exploração e opressão coloniais. Indígenas, negros, mestiços e homens brancos pobres que vivenciavam a experiência colonial foram construindo uma identidade de interesses e percebendo que estes se contrapunham aos dos colonizadores, levando-os a desenvolver formas de resistência coletivas. Reunidos nos mocambos que proliferaram na Amazônia durante o período colonial, esses indivíduos desenvolveram laços de solidariedade, o que não eliminou os conflitos, e passaram a construir suas histórias como sujeitos, traçando, na medida do possível, seus próprios destinos. São essas histórias que pretendemos contar neste livro.



---

## INTRODUÇÃO

---

Neste trabalho, se pretende desenvolver um estudo sobre a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, criada no ano de 1755, como parte das reformas realizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, que ocupava a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra, nomeado que foi por D. José I, que ascendeu ao trono português, em 1750, depois da morte do pai, o rei D. João V. O reinado de D. José I representou a laicização do Estado português, que, até então, havia tido um caráter confessional, marcado pela profunda influência da Igreja Católica, principalmente por meio da Companhia de Jesus, sobre a Coroa. Dois exemplos são emblemáticos: a grande influência detida pelo padre Antônio Vieira no reinado de D. João IV, na medida em que, retomando o “mito do sebastianismo”, justificou o direito do rei ao trono; já, no reinado de D. João V, a eminência parda foi o padre João Batista Carbone, que, de fato, assumiu o governo de Portugal, quando a gota impediu o rei de governar.

Inspirado pela doutrina do Regalismo, o reinado de D. José I se caracterizou por uma política de fortalecimento do poder do Estado, aumentando a sua presença tanto na Metrópole como na Colônia. Nessa direção foram as reformas pombalinas, que abrangeram quase todos os setores da sociedade portuguesa e produziram profundas transformações. Aproveitando-se do caso dos Távoras, tentativa de assassinato frustrada contra o rei, Pombal realizou um verdadeiro expurgo na nobreza tradicional portuguesa, afastando do círculo mais próximo do rei nobres ciosos de seu poder e de sua autonomia diante do poder real. Os cargos burocráticos passaram, tanto na Metrópole como na Colônia, a serem preenchidos por critérios técnicos do que de nascimento; a reforma educacional, onde se destacou a feita na Universidade de Coimbra privilegiou os cursos de natureza mais técnica, como as engenharias, em detrimento dos de humanidades. Decidido a tirar Portugal do atraso, atualizá-lo historicamente e reduzir sua dependência econômica da Inglaterra, Pombal criou companhias de vinho e estimulou o desenvolvimento industrial.

Na Colônia, as reformas visaram modernizar a colonização portuguesa e dinamizar a economia do recém-criado Estado do Grão-Pará e Maranhão, intensificando sua integração ao mercado mundial, objetivo, entre outros, com que foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Munido pelas informações fornecidas por seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado como o primeiro governador do novo Estado, Pombal reformulou a política indigenista aplicada na Colônia, retirando a tutela indígena dos missionários, laicizando os aldeamentos, através da implantação do Diretório dos Índios, proibindo a escravização indígena e estimulando a intensificação do tráfico negreiro por meio da companhia de comércio.

No Regimento do Diretório (1758), buscou criar uma sociedade mestiça, estimulando o casamento interétnico, principalmente de homens portugueses com mulheres indígenas, e liberou a presença de brancos nas, agora, povoações. Determinou a mudança do tipo de habitação usada pelos índios, proibindo que continuassem a morar em habitações coletivas e passando a morar em casas para cada família.

Desse modo, a compreensão do papel desempenhado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão nesse processo de mudanças exige o aprofundamento da análise da importância das companhias de comércio na expansão ultramarina e no alvorecer do mundo moderno, e é o que será feito no primeiro capítulo. Braudel já nos chamava a atenção para o fato de que a história da expansão europeia pode ser vista como a história de um sistema mundial em expansão.<sup>1</sup> A expansão ultramarina não possibilitou apenas os encontros entre diferentes sistemas de civilização, mas também sua integração e o desenvolvimento de um novo sistema universal.<sup>2</sup>

A sua organização como companhias sociedades anônimas, sua estrutura administrativa, sua atuação no comércio mundial foram fatores que levaram vários aurores a considerar as companhias de comércio como empresas

- 
- 1 BRAUDEL, F. “The Expansion of Europe and the ‘Longue Durée’”. In: *Wesseling* (org.), *Expansion and Reaction: Essays on European Expansion and Reaction in Asia and Africa* (Leiden: Leiden University Press, 1978), pp. 17-27.
  - 2 BLUSSÉ, Leonard and GAASTRA Femme. “Companies and Trade: some reflection on a Workshop and a concept”. In: BLUSSÉ and GAASTRA (eds.). *Companies and Trade. Essays on Overseas Trading Companies during the Ancien Régime*. Leiden: Leiden University Press, 1981, p. 4.

multinacionais, não muito diferente das atuais.<sup>3</sup> No entanto, há dissonâncias: Jacobus van Leur, estudioso holandês das companhias de comércio, cujos estudos inovaram o conhecimento sobre a organização do comércio tradicional asiático na década de 1930, rejeita a tese de que tais empresas tenham representado uma grande inovação no âmbito do comércio asiático. Apesar de reconhecer que, na estrutura dessas empresas, já se encontravam alguns refinamentos financeiros se comparadas às antigas associações comerciais, continuava a comungar com a ideia de Werner Sombart, que defendia ainda estarem muito longe da organização capitalista comercial de hoje. Apesar das dissonâncias, a tese de que as companhias de comércio já podem ser consideradas como inauguradoras das empresas multinacionais é prevalecente.

O caráter monopolista dessas companhias foi alvo de inúmeras críticas, desde Adam Smith, que considerava que o monopólio impedia que todas as partes interessadas nos lucros do comércio internacional pudessem auferi-los, fato que não ocorreria se o comércio fosse livre. Os economistas liberais partem do pressuposto de que se a Europa não lucrou tanto quanto possível, a Ásia não lucrou quanto era razoável.<sup>4</sup> As companhias mantinham com as regiões dominadas relações comerciais assimétricas, em que a maior parte dos benefícios iam para as nações imperialistas. Isto levou alguns historiadores a considerarem que essas relações assimétricas levaram à divisão do mundo atual em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A defesa do monopólio nacional foi um esforço permanente dos dirigentes das companhias, pois isto significava manter uma posição oligopolista no mercado dos devedores face à concorrência europeia. Diante disto, pode-se afirmar que as sociedades anônimas marítimas, com pleno aval do governo nacional de seus países de origem, eram criaturas com a cabeça de Janus.<sup>5</sup> Se na Europa, as características de cada companhia refletiam, mais ou menos, os grupos de interesses, a nação e a época que a moldaram, nas áreas dominadas,

3 CHAUDHURI, K. N. "The English East India Company in the 17th and 18<sup>th</sup> centuries: A pre-modern multinational organization. In: Blussée and Gaastra, op. cit., 1981, p. 28.

4 BLUSSÉ, Leonard and GAASTRA Femme. "Companies and Trade: some reflection on a Workshop and a concept". In: BLUSSÉ and GAASTRA (eds.). *Companies and Trade. Essays on Overseas Trading Companies during the Ancien Régime*. Leiden: Leiden University Press, 1981, p. 4.

5 Na mitologia romana, Janus (ou Jano) é a divindade bifronte que mantém uma de suas faces sempre voltada para frente, o porvir, e a outra, para trás, em apreciação ao que já se passou. É o deus da transformação e o mediador das preces humanas aos demais deuses.

elas apresentaram outra imagem, já que tinham que adaptar seus métodos e políticas de negócios às instituições locais e aos costumes das pessoas com quem negociava. Essas condições locais ditaram o ponto em que as relações entre europeus e nativos se estabeleceram numa escala entre dominação e servidão. Todos esses aspectos relacionados pertencem ao domínio da história ultramarina.<sup>6</sup>

De acordo com os dois autores:

Típicos do comércio intercontinental, as longas distâncias e os consideráveis lapsos de tempo estiveram subordinados a uma política comercial altamente orquestrada e bem sintonizada, caracterizada por um bom conhecimento dos mercados ultramarinos e europeus, uma política de preços ativa e a capacidade de relacionar a oferta com a procura.

Assim, no primeiro capítulo, procurou-se adentrar mais na estrutura das companhias comerciais sociedades anônimas, no sentido de confirmar a tese de que elas eram corporações econômicas modernas, que desempenharam um papel crucial na transformação do Capitalismo em um modo de produção mundial.

Uma última observação sobre o primeiro capítulo. Nele optamos por trabalhar companhias que atuaram nas Índias Orientais, já que há diversos trabalhos sobre as companhias das Índias Ocidentais. Todos os países imperialistas envolvidos na expansão ultramarina criaram, também, companhias de comércio para explorar as áreas dominadas no Ocidente, sendo exemplo disso, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, tema deste trabalho.

No segundo capítulo, será trabalhado o processo de criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, as resistências opostas a ela por negociantes das duas capitanias que constituíam o Estado do mesmo nome, insatisfeitos com o monopólio atribuído a ela, o comércio na região Norte da Colônia, antes e depois da sua criação, a dinamização do seu comércio com a criação da Companhia. Como subitens, serão tratadas a política implementada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que laicizou os aldeamentos e foi se convencendo da utilidade para a economia da região de uma companhia de comércio; a expulsão dos jesuítas do Estado, a secularização da propriedade

---

6 BLUSSÉ and GAASTRA, OP. CIT., 1981, P. 5.